

Das reformas educativas à melhoria de cada escola

Joaquim Azevedo, Funchal, 27 de Setembro de 2004.

Objectivos da comunicação

- abordar o ciclo de reformas educativas dos últimos trinta anos e compreender as suas potencialidades e as suas fragilidades
- aprender a distinguir mudança e melhoria
- compreender o quanto cada escola tem estado na periferia das melhorias
- que condições importa reunir para alcançar a melhoria do desempenho da escola
- o que são planos graduais de melhoria de cada escola
- o que pode ser um quadro de liberdade e de autonomia

O ciclo das “reformas educativas” (1973-2004)

-dois momentos-chave:

1973

1989

- outras mudanças houve, também significativas
- exames nacionais 12º ano, 1992-3
- criação dos centros de formação de professores, 1992

Características deste ciclo

- iniciativas políticas – legislativas
- problemas são técnicos e soluções tb são técnicas
- decisões centrais e hiperregulamentadoras, para aplicar na base
- decisões iluminadas: há quem saiba sempre o que é o melhor para cada escola
- o núcleo reside na alteração de programas e de disciplinas (não há visão sistémica)
- organizações e actores escolares é que têm de mudar e são eles que permanecem na periferia das mudanças-melhorias
- a administração educativa dita as normas, não monitoriza a sua execução e não se implica nos processos de reforma-melhoria

No entanto, nem todas as medidas de política educacional foram iguais

- podemos considerar dois grandes tipos

Medidas de política educativa, tipo A

Exemplo: 1998, autonomia das escolas

- impõe modelo único para todas as escolas do país
- consagra o “estatuto autonómico” sem atender à situação de cada escola
- opera-se uma mudança drástica de órgãos e de cargos (nominalista e formal)
- concentra-se na gestão e não na autonomia
- o modelo impõe-se independentemente das escolas e da sua história e memória
- o envolvimento dos actores locais é formal e “obrigatório”
- a participação da “comunidade” desenvolve mais o capital social do que a qualidade pedagógica

Medidas de política educativa, tipo B

1º Exemplo: 1993, criação dos centros de formação de professores, resultantes da associação de escolas

- negociação prévia com os sindicatos e representantes profissionais
- envolvimento de instituições com experiência na formação contínua
- modelo definido genérico, tipo “grelha a preencher”
- implicação dos actores locais (cada escola tem de escolher representantes e dizer que formação precisa e quer fazer)
- há liberdade de construção dos programas de formação pelas escolas associadas
- programas de acção resultam da livre interacção entre escolas
- cria-se sistema de incentivo e de financiamento

2º Exemplo: 1989, criação das escolas profissionais

- resposta a um pedido/mandato de vários segmentos sociais e análises técnicas da educação e da formação
- modelo definido é genérico, tipo “grelha a preencher”, facilitando a “geometria variável”, de local para local
- apela-se à iniciativa local da sociedade civil, empresas, autarquias, associações, etc
- o Estado coloca-se na posição de apoio permanente à iniciativa autónoma
- há liberdade de organização, de acção pedagógica, de promoção dos cursos, de contratação dos docentes
- cria-se sistema de financiamento adequado

P. Meirieu

“Enquanto a medicina faz progressos, a educação faz reformas”

O que é que não funciona, apesar de tantas “reformas”? Porque é que persiste um atraso educacional acentuado, trinta anos depois do 25 de Abril?

O que é que promove a qualidade da educação?

Que factores mais influenciam que uma escola tenha um bom desempenho?

(onze factores da eficácia escolar, Torrecilla, 2003)

1. Metas partilhadas, consensos, trabalho em equipa
2. Liderança educativa
3. Orientação para aprendizagem
4. Clima escolar e de aula
5. Expectativas elevadas
6. Qualidade do currículo
7. Organização da aula
8. Acompanhamento dos alunos/avaliação frequente
9. Aprendizagem organizacional/desenvolvimento profissional
10. Participação e implicação da comunidade educativa
11. Recursos e instalações

Philippe Perrenoud (2002) aponta dez princípios para tornar o sistema educativo mais eficaz:

1. Políticas de educação mais duradoiras, sistémicas e negociadas
2. Instituições com os meios para serem autónomas e com capacidade para justificar a utilização desses meios (saber usar o poder delegado, criar nas

- escolas e na administração competências de contratualização, de avaliação e de diálogo)
3. Profissionais competentes, autónomos e reflexivos, empenhados em melhorar, de forma contínua e cooperativa, práticas e dispositivos (competências técnicas e qualidades humanas, atitudes, valores e convicções, ex educabilidade de cada pessoa)
 4. Chefias que exerçam uma liderança profissional mais do que um controlo burocrático (o primeiro seguidor, liderança *profissional*, o desastre é quando este é o elo fraco da corrente)
 5. Currícula flexíveis, baseados no essencial e visando objectivos de formação explícitos e razoáveis
 6. Didácticas construtivistas e dispositivos pedagógicos que criem situações fecundas de aprendizagem
 7. Uma organização do trabalho escolar posta prioritariamente ao serviço de uma pedagogia diferenciada (escolarizar não basta, instruir cada aluno, pedagogia diferenciada)
 8. Uma visão equitativa e negociada do trabalho educativo entre os pais e a escola
 9. Profissões fundadas em saberes apoiados pelas ciências sociais e humanas (por em diálogo saberes e experiência profissional)
 10. Uma cultura de avaliação mais inteligente (que emana do conjunto dos actores)

Melhoria gradual do desempenho de cada escola

- criar as condições para a emergência e a manutenção de dinâmicas locais, livres e autónomas
- instituir dinâmicas de reflexão em cada escola sobre a sua melhoria
- abandonar o ciclo das reformas iluminadas, globais e omniscientes
- planos anuais de melhoria gradual de cada escola
- colocar a admin. no apoio permanente e especializado a cada escola
- contratualização da autonomia entre a adm. e cada escola

Melhoria do modelo de administração da educação

- redistribuir responsabilidades e recursos (da escola ao nível central)
- negociação entre interesses em conflito (idem)
- avaliação permanente do serviço público de educação
- a administração ao serviço da melhoria gradual de cada escola

Contratualização do serviço público de educação com cada escola

- liberdade, grau de autonomia
- adequação a cada contexto
- progressividade da melhoria
- responsabilidade dos actores
- participação social local
- prestação de contas (do local ao nacional)

Ao fim de trinta anos, já só falta começar um novo ciclo de mudanças: o ciclo das melhorias graduais e sustentadas da educação (ensino e aprendizagem) em cada escola.